

Congresso poderá perder novos poderes

Arquivo 21.10.88

Marcondes Sampaio
Transcorridas apenas duas semanas da promulgação da nova Constituição, parlamentares de diferentes partidos e congressistas que se mantêm vinculados à instituição já se mostram preocupados com a inapetência e com os condicionamentos do Legislativo para exercer os novos poderes que lhe foram conferidos pela Carta promulgada no dia 5. Esta realidade ficou bem evidenciada na última semana, com o fracasso do "esforço concentrado" convocado para os dias 18, 19 e 20 e que não atraiu a Brasília sequer um terço dos 559 deputados e senadores.

As manifestações de apreensão oscilam entre o tom analítico e o patético. Quinta-feira passada, numa intervenção em plenário, o senador peemedebista João Calmon (ES) deplorou a ausência da maioria dos congressistas, advertindo que, por sua desatenção diante da grave situação vivida pelo País, os políticos correm o risco de "serem apedrejados nas ruas". Exagero à parte, este é um sentimento comum entre parlamentares mais dedicados às suas obrigações, que temem não apenas novos abalos à imagem da instituição, mas também a perda, por desuso — a médio ou a longo prazo — das novas prerrogativas. Essa ameaça foi citada por João Calmon, com base na lei

biológica segundo a qual "o músculo que não se exercita tende a se atrofiar".

Mais preocupante do que essa perda por atrofia, segundo outros congressistas, é a certeza de que os poderes não exercitados pelo Congresso voltarão a ser incorporados ao rol do Executivo, com as deformações e prejuízos agravados a partir de 1964. A frase do líder do PSDB no Senado, Fernando Henrique Cardoso (SP), sintetiza esse temor: "Se nós não tivermos peito para enfrentar a situação, o Executivo volta a ocupar todo o terreno".

Igual apreensão foi revelada pelo ex-deputado João Gilberto, professor de Direito Constitucional na UnB e autor de algumas das sugestões incorporadas ao capítulo do Poder Legislativo, na nova Carta. João Gilberto teme que esteja em andamento uma ação articulada dentro e fora do Congresso com vistas à neutralização dos avanços sociais e econômicos contidos na Constituição, por um atraso intencional na regulamentação dos dispositivos.

Conspiração

O deputado José Costa (PMDB-AL), um dos maiores conhecedores da estrutura do Parlamento, é mais explícito na sua denúncia: "Está havendo uma conspiração contra a nova ordem constitucional. O Executivo aposta na ineficiência do Legislativo e no arcais-

mo da estrutura do Congresso que, se não for modernizada para ajustar-se às novas prerrogativas, tornará inócuas as inovações contidas na Constituição. Se isso não acontecer, o Executivo voltará, em algum prazo, a exercer o poder imperial de que se valia sob a Constituição anterior".

Para fundamentar essa idéia de "conspiração", José Costa afirma que, de um total de Cz\$ 16,7 bilhões, solicitados pela Câmara ao Ministério do Planejamento, para os seus gastos no próximo ano (excluídas as despesas com pessoal), a Seplan reservou, no Orçamento da União, apenas 30% daquele montante (Cz\$ 5.154 milhões).

As carências estruturais, segundo o parlamentar alagoano, são bem mais acentuadas na Câmara do que no Senado, inclusive porque, paradoxalmente, embora reúna um número bem maior de parlamentares (487), a Câmara tem um orçamento menor que o da outra Casa do Congresso (72 senadores).

Para resumir essas limitações sofridas pela Câmara, observa José Costa que ali existem apenas 55 assessores, alguns deles fora de função, 25 a caminho da aposentadoria, com apenas um especialista numa questão fundamental como o Orçamento. Não há nenhum concurso programado para assessor, apesar dos novos poderes do Legislativo.



O senador João Calmon (ES) quer o Congresso mais atuante para solucionar a crise do País

Legislativo adquiriu mais força

Arquivo 1.09.82

Ao lado dos dispositivos constitucionais que têm prazo para regulamentação, existem outras questões, como o Sistema Financeiro Nacional, que reclama decisão imediata do Congresso, e outras prerrogativas que, de modo precário, já estão sendo exercitadas pelos parlamentares, a exemplo da capacidade de modificar o Orçamento.

Competência

Pela nova Constituição, o Congresso tem nova competência ainda para aprovar:

- o Plano Plurianual e a Lei de Diretrizes Orçamentárias;
- tratados e acordos internacionais ou atos que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional;
- aprovar previamente a alienação ou concessão de terras públicas com área superior a 2.500 hectares;
- sustar os atos normativos do Executivo que exorbitem do poder regulamentar ou dos limites da delegação legislativa;
- apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão;
- autorizar a exploração de riquezas minerais em terras indígenas;



Deputado José Costa (AL)

— exercer seu poder fiscalizador sobre a União e todas as entidades que integram a administração direta e indireta na órbita federal e que compreende desde a fiscalização operacional e patrimonial até a aplicação das subvenções e renúncias de receitas.

Regulamentação

Para evitar demora excessiva na regulamentação da Constituição, o deputado José Costa apresentou, quinta-feira, proposta criando oito comissões constitucionais mistas do Congresso para, no prazo de seis meses, elaborar os projetos de lei complementar e ordinária.

Integradas por até 70 parlamentares, as comissões seriam divididas pelos seguintes temas: 1) dos direitos e Deveres Individuais e Coletivos e dos Direitos Sociais; 2) dos Direitos Políticos e da organização do Estado; 3) da Organização dos Poderes; 4) do Sistema Tributário Nacional e das Finanças Públicas; 5) da Ordem Econômica e Financeira; 6) da Ordem Social; 7) da Dívida externa; 8) para a revisão dos Atos de Doação, Venda e Concessão de Terras Públicas. (M.S.)

Regulamentação necessita rapidez

Um levantamento feito por José Costa indica que, entre os mais de 180 itens da nova Constituição, pendentes de regulamentação, existem vários dispositivos com prazos rígidos, fixados na própria Carta, alguns dos quais devem estar disciplinados já nos primeiros meses do próximo ano.

E a seguinte a cronologia dessas matérias inadiáveis:

- Até 3 de janeiro deve estar constituída uma comissão de dez representantes do Congresso que integrará a Comissão de Estudos Territoriais que no prazo de um ano apresentará ao Congresso a conclusão dos seus trabalhos. A comissão formulará anteprojeto relativo à criação de novas unidades da federação, "notadamente na Amazônia legal e em áreas pendentes de solução" (art. 12 das disposições transitórias).

— Até 2 de fevereiro (120 dias após a promulgação da Constituição), o Congresso deve elaborar o Código de Defesa do Consumidor.

— No dia 15 de fevereiro começa a ser contado o prazo de 45 dias para a apreciação do projeto de lei complementar de iniciativa do Presidente da República, dispondo sobre a organização e funcionamento

da Advocacia Geral da União. Essa proposta deve ser enviada ao Congresso até o dia 3, mas o prazo só é contado a partir do dia 15 porque nesse dia é que serão instalados os trabalhos legislativos de 1989.

— Até 3 de abril ficam revogados todos os decretos-leis editados até o dia 2 de setembro último e que até lá não tenham sido aprovados ou rejeitados (parágrafo primeiro do art. 25).

— 3 de abril também é o prazo final dado ao Executivo para a remessa ao Congresso dos projetos de lei relativos à organização da seguridade social e aos planos de custeio e benefício, iniciando-se a contagem do prazo de seis meses para o Congresso apreciá-los (o prazo do dia 30 de setembro, no auge da campanha presidencial).

— Até 5 de outubro, deve estar aprovada, através de lei complementar, a nova regulamentação do Fundo de Participação dos Estados e dos Municípios. Também deve estar aprovada, até essa data, a propaganda comercial de tabaco, bebidas alcoólicas, agrotóxicos, medicamentos e terapias a que se refere o artigo 220.

— Ainda no prazo fatal de 5 de outubro, o Congresso deve con-

cluir, através de comissão mista, o "exame analítico e pericial dos atos e fatos geradores do endividamento externo brasileiro" (art. 26 das Disposições Transitórias) e elaborar a lei agrícola sobre os objetivos e instrumentos de política agrícola, prioridades, planejamento de safras, comercialização, abastecimento interno, mercado externo e instituição de crédito fundiário (art. 50 das DT).

— 13 de dezembro de 1989, deve ser aprovada a lei que trata da aplicação de 3% da receita dos Estados e municípios repassada pela União em programas de financiamento ao setor produtivo do Norte, Nordeste e Centro-Oeste, através de instituições financeiras de caráter regional, de acordo com os planos regionais de desenvolvimento. Ao semi-árido do Nordeste ficará reservada metade dos recursos destinados à região. (art. 159, alínea C).

Um prazo mais elástico — dois anos após a promulgação da Constituição (5 de outubro de 1990) foi dado para a ratificação, sob pena de extinção, dos fundos existentes na data da promulgação da Constituição, excetuados os resultantes de isenções fiscais. (M.S.)

Pleito afasta parlamentar

Dois argumentos principais têm sido usados para justificar o afastamento dos parlamentares de Brasília: as campanhas eleitorais e a necessidade de contato com as "bases" políticas e eleitorais dos congressistas.

Convencido da influência das campanhas no esvaziamento do Parlamento, o líder do PDS na Câmara, Amaral Netto, prevê ainda um longo período de retraimento dos parlamentares: no próximo ano, lembra, serão realizadas as eleições presidenciais, que devem provocar grande envolvimento dos congressistas, por serem as primeiras dos últimos 28 anos. Em 1989, deputados e senadores estarão envolvidos com a própria reeleição. 1991 haverá um hiato na sucessão de pleitos, mas no ano seguinte já haverá novas eleições municipais. Em 1993, os congressistas ficarão divididos entre os preparativos para a revisão da atual Carta e plebiscito marcado para o dia 7 de setembro e destinado a definir a forma (República ou Monarquia) e o sistema de governo (parlamentarismo ou presidencialismo). Em 1994, novas eleições parlamentares e presidenciais.

O líder do PSDB no Senado, Fernando Henrique Cardoso, reconhece os danos que as eleições sucessivas causam ao processo legislativo, entendendo que uma solução para isso poderia ser um entendimento entre os partidos para que as campanhas eleitorais só tenham início efetivo poucas semanas antes do pleito. Esse encurtamento das campanhas, a seu ver, provocaria, entre outros efeitos positivos, além da retenção dos parlamentares no Congresso, o barateamento do custo da eleição dos deputados e

senadores.

Quanto à alegada necessidade de contatos com as bases, muitos parlamentares reconhecem que, mais do que o interesse em auscultar o eleitorado, o que motiva a assídua presença dos deputados nos seus Estados é a preocupação com a "concorrência" que sofrem de deputados estaduais e prefeitos que têm planos de disputar uma cadeira no Congresso.

Líder em exercício do PFL, deputado Inocêncio Oliveira, e o peemedebista José Costa entendem que essa preocupação com a concorrência de deputados estaduais e prefeitos decorria da própria impotência dos congressistas para influir na grandes questões nacionais, razão pela qual muitas vezes os deputados federais descem excessivamente ao nível dos temas ou quarelas estaduais ou municipais. Com as novas prerrogativas, acreditam, diminuirá, em grande proporção, essa atenção aos problemas locais, em favor de uma maior decisão às tarefas parlamentares no Congresso.

O deputado baiano Fernando Santana, do PCB, tem uma explicação mais simples para as frequentes visitas dos parlamentares às suas bases: elas são facilitadas pelo fato de a Câmara e o Senado destinarem quatro passagens mensais para cada deputado e senador viajar aos seus Estados. Desde que os congressistas passaram a receber essas passagens, nos anos 70 — afirma — caracterizou-se um círculo vicioso pelo qual criaram-se necessidades da presença deles para resolver questões menores nos Estados que poderiam ser resolvidas mediante simples telefonemas. (M. S.)

Josemar Gonçalves 13.06.87



Com as sucessivas eleições, Amaral prevê vazio no Congresso

□ Onda de greves

O governador Pedro Simon advertiu ontem que o Brasil enfrenta uma situação mais difícil do que a de 1964, porque naquela época não havia esta onda de greves. Ele recomendou aos trabalhadores, principalmente aos funcionários públicos, que parem para refletir.

"O Brasil não pode, nesta altura, enfrentar uma explosão social que vá terminar numa guerra civil, numa luta que ninguém quer".

Logo depois de afirmar que ninguém quer o conflito, Pedro Simon identificou um grupo, segundo ele, interessado na guerra revolucionária — o PCR (Partido Comunista Revolucionário), uma das linhas ideológicas do PT, que estaria infiltrando-se nos movimentos grevistas para provocar agitação e radicalização.

□ Simon acusa

Porto Alegre — Ao explicar as violentas discussões que manteve, pela imprensa, na semana, com Brizola, o governador Pedro Simon disse ontem que enquanto seu estilo pessoal é de respeito aos adversários políticos, "Brizola é muito volúvel e quem está com ele é perfeito e quem não está com ele está totalmente errado", historiando a carreira política do líder pedetista, com alianças pela esquerda e pela direita.

"O Brizola está acostumado a dizer as coisas e não aceitar quando lhe criticam. Ele fez um acordo com o PRP (Partido de Representação Popular, dos integralistas, quando governador gaúcho), rompeu depois com o PRP, rompeu com João Goulart, hoje usa fotografias de Jango (na campanha eleitoral), pediu prorrogação do mandato do presidente Figueiredo, hoje é o líder da democracia.

□ Contra corrupção

O arcebispo de Maringá (PR), dom Jaime Luiz Coelho, condena o uso da máquina administrativa em campanha política. Ele diz que "muitos se deixam influenciar pela máquina administrativa que, corrompida, corrompe os eleitores, seja comprando votos, seja comprando até candidatos.

As declarações do arcebispo não surpreenderam os 280 mil habitantes de Maringá, acostumados a ouvi-las durante sermões ou lê-las em artigos que dom Jaime Coelho publica nos jornais da cidade. Nos meios políticos, os comentários são de que o arcebispo apóia o candidato de uma coligação PTB-PDS-PDC-PL, Ademar Schiavone, em oposição ao prefeito atual, Said Ferreira, do PMDB, que apóia o secretário de Obras do município, João Preiss.